

RECURSO ESPECIAL Nº 1.850.390 - RS (2019/0351244-0)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : **PAULA CRISTINA FARIAS SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**
ADVOGADOS : **PAULA CRISTINA FARIAS - SC041026**
 AMANDA DEMETRIO ALVES - SC050369
RECORRENTE : **MELNICK EVEN PERIDOTO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA**
ADVOGADOS : **LUCAS BRAGA EICHENBERG - RS048756**
 PEDRO BRAGA EICHENBERG E OUTRO(S) - RS078049
 BRUNA GAUER QUINTANA - RS097138
RECORRIDO : **OS MESMOS**
RECORRIDO : **RAFAEL NUNEZ STEFFEN**
RECORRIDO : **FERNANDA SCHEID**
ADVOGADOS : **PAULA CRISTINA FARIAS E OUTRO(S) - SC041026**
 AMANDA DEMETRIO ALVES - SC050369

EMENTA

RECURSOS ESPECIAIS. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CPC/15. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS.

1 - RECURSO ESPECIAL DE PAULA CRISTINA FARIAS SOCIEDADE DE ADVOCACIA.

1.1. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. BASE DE CÁLCULO. ART. 85, § 2º, DO CPC. REGRA GERAL DE APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA. NECESSIDADE DE RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA OBSERVÂNCIA DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELA SEGUNDA SEÇÃO NO RESP 1.746.072/PR, BEM COMO PARA A AFERIÇÃO DOS CRITÉRIOS DELINEADOS NOS INCISOS I, II, II E IV, DO § 2º, DO ART. 85, DO CPC.

1.2. RECURSO ESPECIAL PROVIDO, NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

2 - RECURSO ESPECIAL DE MELNICK EVEN PERIDOTO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA.

2.1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. MERO INCONFORMISMO COM O RESULTADO DO JULGAMENTO.

2.2. RETENÇÃO. PERCENTUAL RETIDO QUE NÃO DESTOA DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PARTICULARIDADES DO CASO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ.

2.3. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO. ENTENDIMENTO FIRMADO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.

2.4. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

3. PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO, NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO E SEGUNDO RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trazem os autos dois recursos especiais interpostos por PAULA CRISTINA FARIAS SOCIEDADE DE ADVOCACIA e por MELNICK EVEN PERIDOTO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado:

PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE RESILIÇÃO CONTRATUAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. CULPA DOS PROMITENTES-COMPRADORES.

Em se tratando de resilição de contrato de promessa de compra e venda operada por culpa dos promitentes-compradores, os juros moratórios devem incidir a contar da sentença que reconheceu o direito à restituição.

É descabida a retenção por parte da vendedora de qualquer valor a título de indenização por prejuízos suportados com as despesas administrativas realizadas, tais como comercialização, divulgação e impostos recolhidos aos cofres públicos, por mostrar-se abusiva (precedente desta Câmara).

Mantida a forma de fixação da verba honorária estabelecida na sentença, pois considerados os vetores constantes dos incisos I e III do §2º do art. 85 do CPC, levando ainda em conta que no momento não há como se saber qual o valor do proveito econômico obtido pela parte-autora nesta demanda, mormente considerando que, no caso, houve sucumbência recíproca.

Ônus sucumbenciais redimensionados.

Apelação da ré provida parcialmente e recurso dos autores desprovido.

Os embargos de declaração foram rejeitados.

No primeiro recurso especial, a recorrente aponta ofensa ao art. 85, § 2º, do CPC, sustentando que os honorários advocatícios devem ser fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor da condenação, do proveito econômico ou sobre o valor da causa.

Sem contrarrazões.

No recurso especial interposto por MELNICK EVEN PERIDOTO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA aponta-se, além de dissídio jurisprudencial, violação aos seguintes dispositivos: (a) arts. 489, II e III, 1.013, § 1º, 1.022, I e II, do CPC, alegando que o acórdão é nulo por ausência de fundamentação e de enfrentamento das questões suscitadas pela parte; e (b) arts. 104, 394, 395, 396 e 421 do CC, aduzindo que (i) as cláusulas contratuais devem ser respeitadas, (ii) o percentual de retenção deve ser fixado nos moldes em que pactuado e (c) os juros de mora devem incidir a partir do trânsito em julgado.

Contrarrazões às e-STJ Fls. 467-479.

É o relatório.

Analiso separadamente os recursos especiais.

1. Recurso especial de PAULA CRISTINA FARIAS SOCIEDADE DE ADVOCACIA.

O presente recurso especial merece prosperar.

Colhe-se dos autos que a sentença, sob a égide do CPC/15, ao julgar parcialmente procedentes os pedidos deduzidos na *"ação de rescisão contratual c/c indenização por danos materiais e morais"*, tendo em vista a sucumbência recíproca, condenou *"a parte demandada ao pagamento de 50% das custas processuais e ao pagamento dos honorários advocatícios devido em favor do patrono da parte autora, estes fixados no montante de R\$ 1.500,00, haja vista o grau de zelo do profissional, natureza e importância da causa. Outrossim, condeno a parte autora ao pagamento de 50% das custas processuais e aos honorários advocatícios devidos ao patrono da ré, estes fixados na quantia de R\$ 1.500,00, usando os mesmos critérios acima*

mencionados".

O Tribunal de origem, ao negar provimento à apelação, manteve a forma de fixação dos honorários advocatícios, pois *"não há como saber qual o proveito econômico obtido pela parte autora"*.

O acórdão recorrido não merece subsistir.

O enunciado normativo do art. 85, § 2º, do CPC é expresso ao prever os seguintes critérios para o arbitramento dos honorários advocatícios:

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. (...)

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Na sessão de julgamento do dia 13/2/2019, a 2ª Seção do STJ, nos autos do REsp 1.746.072/PR, firmou entendimento de que a regra geral e obrigatória é a de que os honorários sucumbenciais devem ser fixados no patamar de 10% a 20% do valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-los, sobre o valor atualizado da causa.

Esclareceu-se, ainda, que (a) o Código de Processo Civil relegou ao § 8º do art. 85 a instituição de regra excepcional, de aplicação subsidiária, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: for inestimável ou irrisório o proveito econômico obtido; ou for muito baixo o valor da causa, hipóteses inexistentes na espécie e (b) a expressão "inestimável valor econômico" diz respeito apenas a causas em que não se vislumbra benefício patrimonial imediato, como, por exemplo, nas causas de estado e de direito de família.

Eis a ementa do julgado:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. JUÍZO DE EQUIDADE NA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE

SUCUMBÊNCIA. NOVAS REGRAS: CPC/2015, ART. 85, §§ 2º E 8º. REGRA GERAL OBRIGATÓRIA (ART. 85, § 2º). REGRA SUBSIDIÁRIA (ART. 85, § 8º). PRIMEIRO RECURSO ESPECIAL PROVIDO. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

1. O novo Código de Processo Civil - CPC/2015 promoveu expressivas mudanças na disciplina da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido.

2. Dentre as alterações, reduziu, visivelmente, a subjetividade do julgador, restringindo as hipóteses nas quais cabe a fixação dos honorários de sucumbência por equidade, pois: a) enquanto, no CPC/1973, a atribuição equitativa era possível: (a.I) nas causas de pequeno valor; (a.II) nas de valor inestimável; (a.III) naquelas em que não houvesse condenação ou fosse vencida a Fazenda Pública; e (a.IV) nas execuções, embargadas ou não (art. 20, § 4º); b) no CPC/2015 tais hipóteses são restritas às causas: (b.I) em que o proveito econômico for inestimável ou irrisório ou, ainda, quando (b.II) o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º).

3. Com isso, o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria.

4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º).

5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do

valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo.

6. Primeiro recurso especial provido para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido. Segundo recurso especial desprovido.

(REsp 1746072/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 29/03/2019)

Com essas considerações, por demandar o revolvimento de aspectos fáticos da causa, devem os autos retornarem à origem para que o Tribunal proceda ao novo arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais à luz do entendimento firmado no precedente citado, atento, também, aos critérios delineados nos incisos I, II, II e IV, do § 2º, do art. 85, do CPC.

Em conclusão, o recurso especial deve ser provido, nos termos da fundamentação.

2. Recurso especial de MELNICK EVEN PERIDOTO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA.

O recurso especial deve prosperar em parte.

Inicialmente, quanto à apontada violação aos arts. 489, II e III, 1.013, § 1º, 1.022, I e II, do CPC, não há nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide de modo integral e com fundamentação suficiente a controvérsia posta.

No caso, o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio de forma suficientemente ampla e fundamentada, consignando que "*esta Câmara entende que é descabida a retenção por parte da vendedora de qualquer valor a título de PIS, COFINS, taxas, impostos ou tributos que incidam sobre o negócio jurídico firmado pelas partes, devendo ser mantido o percentual da multa compensatória no percentual de 10% a título de retenção, na forma estabelecida na sentença, pois no recurso de apelação da parte-ré*

não há pedido de majoração do referido percentual".

Como se vê, a negativa de prestação jurisdicional não restou configurada.

O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à pretensão da parte não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

Por outro lado, a fundamentação adotada no acórdão é suficiente para respaldar a conclusão alcançada.

Vale lembrar que, mesmo à luz do art. 489 do CPC, o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pela parte, mas apenas sobre aqueles capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo órgão julgador.

Assim, inexistente violação aos dispositivos citados.

No mais, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem considerado razoável que o percentual de retenção dos valores pagos pelo promitente comprador - que deu causa à rescisão contratual - pelo vendedor, seja arbitrado entre 10% (dez por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), conforme as circunstâncias de cada caso.

Para tanto, devem ser avaliados os prejuízos suportados, notadamente com "*as despesas administrativas havidas com a divulgação, comercialização e corretagem, o pagamento de tributos e taxas incidentes sobre o imóvel e a eventual utilização do bem pelo comprador*" (REsp 1.224.921/PR, Relatora Ministra Nancy Andrighi, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/4/2011, DJe 11/5/2011).

As instâncias ordinárias, soberanas na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, concluíram que o percentual de retenção de 10% sobre os valores pagos bastaria para indenizar a recorrente pelos prejuízos oriundos da rescisão contratual.

Em primeiro lugar, o percentual de retenção em 10% dos valores pagos observa os parâmetros jurisprudenciais adotados pelo STJ.

Em segundo lugar, alterar tal entendimento exigiria o reexame do

conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede recursal, ante a incidência das Súmulas 5 e 7 do STJ.

Por fim, assiste razão à recorrente quanto ao termo inicial dos juros de mora.

Extrai-se dos autos que os adquirentes ajuizaram demanda visando a rescisão do contrato de promessa de compra e venda c/c restituição das parcelas pagas de forma diversa da cláusula penal convencionada, em contrato não regido pela Lei 13.786/2018.

Com relação ao termo inicial dos juros de mora sobre os valores a serem restituídos, a 2ª Seção do STJ, ao julgar o REsp 1740911/DF, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, firmou entendimento de que devem incidir a partir do trânsito em julgado da decisão.

Eis a ementa do julgado:

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ACÓRDÃO RECORRIDO PROFERIDO EM JULGAMENTO DE IRDR. PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE UNIDADE IMOBILIÁRIA. RESOLUÇÃO IMOTIVADA PELO PROMITENTE COMPRADOR. DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS. CLÁUSULA CONTRATUAL. PEDIDO DE ALTERAÇÃO. SENTENÇA CONSTITUTIVA. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. TRÂNSITO EM JULGADO.

1. Para os fins dos arts. 927 e 1.036 a 1.041 do CPC, fixa-se a seguinte tese: - Nos compromissos de compra e venda de unidades imobiliárias anteriores à Lei n. 13.786/2018, em que é pleiteada a resolução do contrato por iniciativa do promitente comprador de forma diversa da cláusula penal convencionada, os juros de mora incidem a partir do trânsito em julgado da decisão. 2. Recurso especial provido. (REsp 1740911/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/08/2019, DJe 22/08/2019)

Por estar em dissonância com esse entendimento, merece reparos o acórdão recorrido no ponto.

Ante o exposto, (a) dou provimento ao recurso especial da PAULA CRISTINA FARIAS SOCIEDADE DE ADVOCACIA, nos termos da

fundamentação, e (b) dou parcial provimento ao recurso especial da MELNICK EVEN PERIDOTO EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA para fixar o trânsito em julgado como termo inicial dos juros de mora.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa.

Intime-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator